



BOLETIM DEPE

Junho de 2024



PUC-SP

Programa de Pós Graduação em Economia Política

Departamento De Economia

DEPE

Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Econômico e Política Econômica

Ano IX, número 56



Nesta Edição

Brasil: Atividade Econômica	2
IBC-Br	2
Indústria.....	3
Mercado de Trabalho	6
Política Monetária	11
Inflação	13
Crédito	14
Crédito: Análise.....	14
Sistema Financeiro Nacional	15
Endividamento	17
Taxa de Juros.....	18
Internacional.....	21
Economia Solidária.....	24
Cesta Básica.....	24
Cesta Básica de Abril de 2024.....	25
Microcrédito.....	26
Redação: Boletim DEPE, Ano IX, n. 56.	28
Professor responsável: Antonio Corrêa de Lacerda, Prof. Dr. - PUCSP	28



Brasil: Atividade Econômica

IBC-Br

O IBC-Br de março apontou recuo de -0,34% na comparação com o mês anterior. Com isso o indicador apresenta avanço de 1,46% no ano e 2,07% em 12 meses. Não acontecia queda no indicador desde outubro de 2023, mas ainda assim os 147,96 pontos do índice no mês é 0,54% superior ao verificado no mesmo mês de 2023. Esses dados mencionados dizem respeito a série dessazonalizada. Abaixo é possível verificar os dados para a série observada também:

IBC-Br – Quadro Resumo

	Observado	Dessazonalizado
Março24/Fevereiro24	7,29%	-0,34%
Março24/Março23	-2,18%	0,54%
Trimestre/trimestre	1,50%	1,08%
Trimestre/trimestre ano anterior	1,04%	1,46%
No ano	1,04%	1,46%
12 meses	1,68%	2,07%

Fonte: BCB. Elaboração: DEPE

Como já alertamos em outras edições deste Boletim, apesar do uso contumaz do Relatório FOCUS como indicador de estimativas oficiais e condução de política monetária, precisamos voltar a chamar atenção para as fortes divergências destes dados e da realidade concreta. A edição de 1 ano atrás dizia que a estimativa do PIB para 2024 seria de 1,30%, 6 meses depois, em 24 de novembro de 2024 a mediana apontava para estimativa de 1,50% e a última edição disponível (17/05/2024) já devidamente ajustada com a realidade verificada do PIB de 2023, está em 2,05%. Já a Secretaria de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda elevou suas estimativas de 2,2% para 2,5% do PIB neste ano.

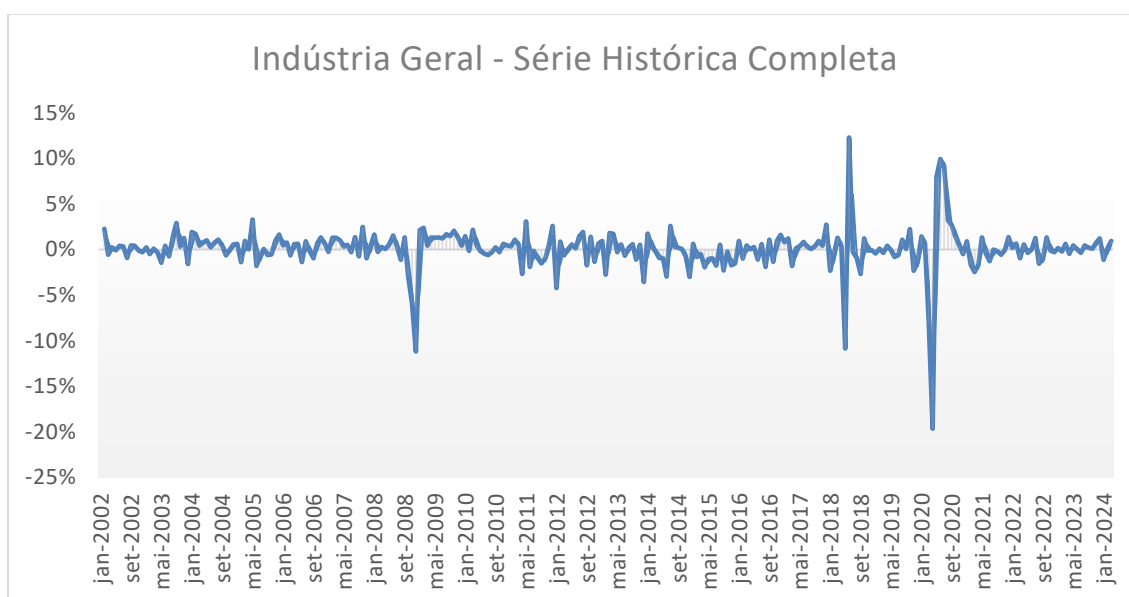
De todo modo, os indicadores de emprego, inflação e nível de atividade seguem rodando bem, deixando a desejar em grande medida apenas a condução da política monetária fortemente restritiva, praticando o 2º maior juro real do mundo e frustrando as expectativas dos setores produtivos neste aspecto. A maior dúvida hoje está no ritmo de corte de juros da economia nas próximas reuniões do COPOM e nos impactos da tragédia ambiental e climática que assola o Rio Grande do Sul, que exigirá um esforço de guerra na sua reconstrução e naturalmente terá impactos econômicos no 2º trimestre.



Indústria

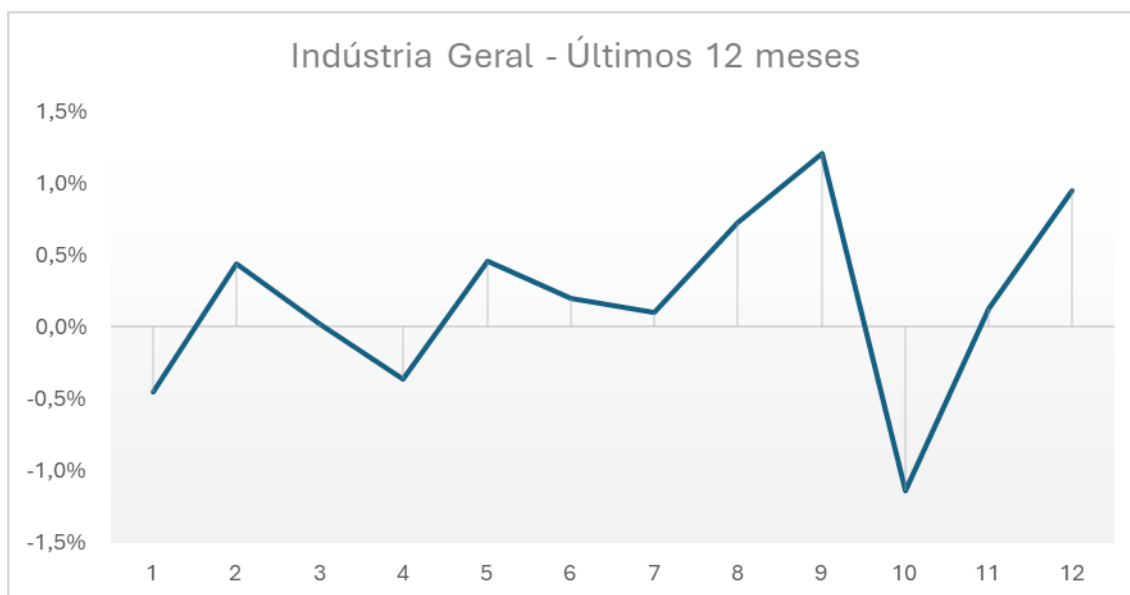
No mês de março de 2024, a produção industrial, por meio da Pesquisa Industrial Mensal realizada pelo IBGE registrou crescimento de 0,9% no mês de março, frente ao baixo crescimento apresentado em fevereiro de 0,13%.

No primeiro trimestre de 2024 o resultado é -0,07%, apresentando um desempenho negativo se comparado com o mesmo trimestre do ano de 2023, que obteve um crescimento de 0,56% no acumulado:



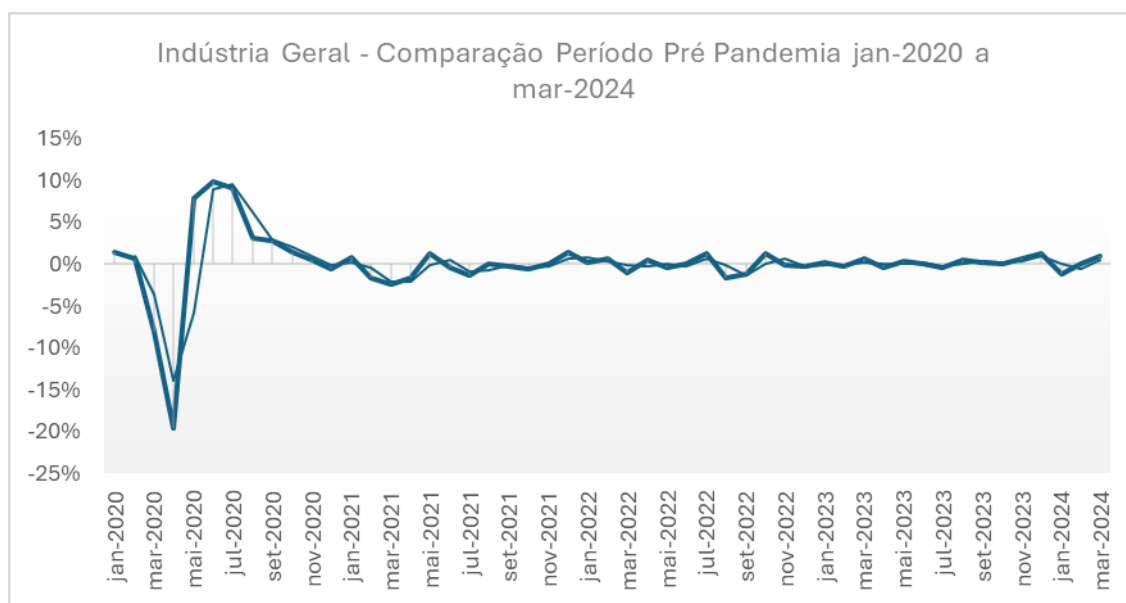
Fonte: IBGE. Elaboração: DEPE

Em relação ao mesmo mês do ano passado, houve um recuo de -2,8% no setor industrial. No acumulado dos últimos 12 meses o crescimento apresentado é de 0,7%, representando uma redução no crescimento acumulado anual que apresentou ritmo de evolução de 1,0%.



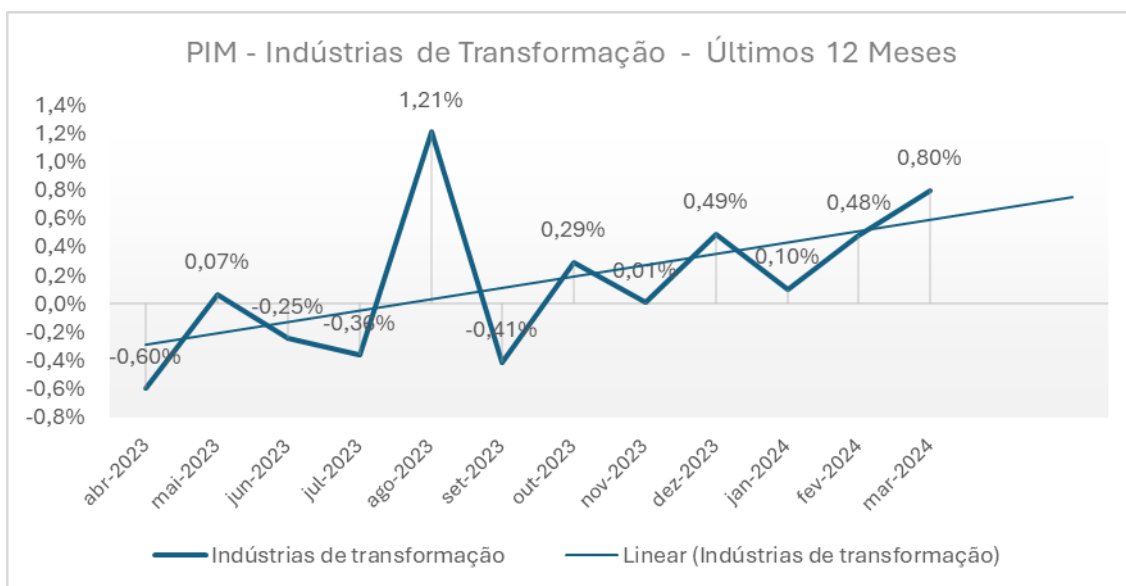
Fonte: IBGE.

Em comparação com a período pré-pandemia, podemos observar uma variação abaixo do nível experimentado nos primeiros meses de 2020. O comportamento recente do setor industrial tem sido pouco significativo em termos de crescimento. O ano de 2023 podemos considerar como um ano perdido, visto o baixo desempenho apresentado apesar dos esforços da reestruturação de políticas que podem estimular o crescimento econômico deste setor.



Fonte: IBGE. Elaboração Própria.

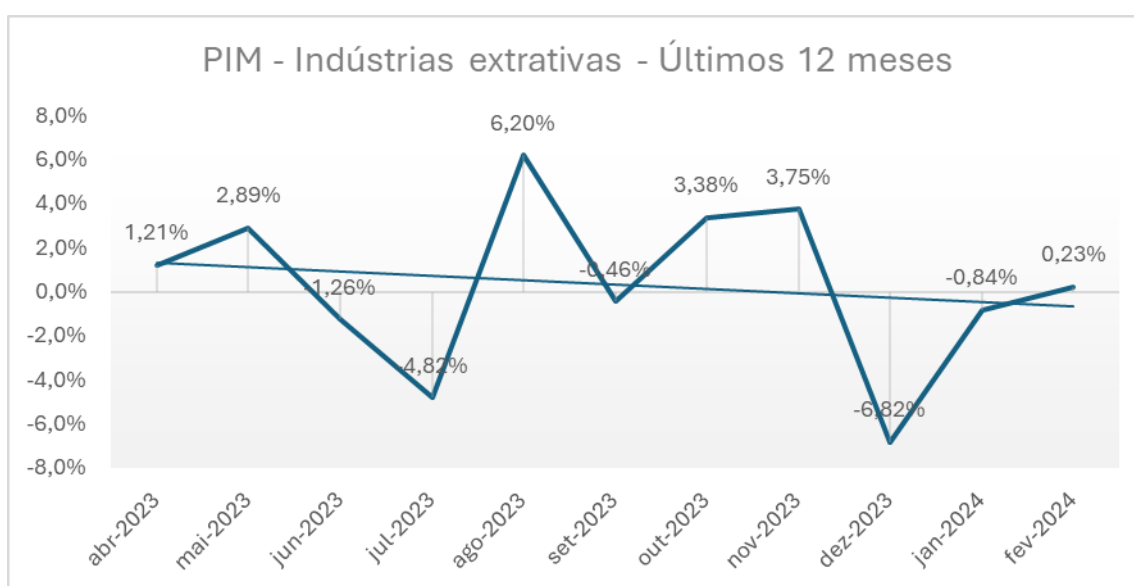
Em relação ao resultado apresentado pelos setores da PIM no mês de março frente ao mês de fevereiro, somente o setor de Bens de Capital apresentou um recuo de -2,8%. Os setores de Bens Intermediários e de Bens de Consumo apresentaram crescimento de 1,2 e 0,5%. Nos últimos 12 meses podemos observar que o comportamento da PIM, olhando para o grande setor de indústria de transformação apresenta uma tendência de crescimento marcha lenta.



Fonte: IBGE. Elaboração DEPE.

Na comparação com igual mês do ano anterior, o setor industrial assinalou recuo de 2,8% em março de 2024, com resultados negativos nas quatro grandes categorias econômicas, em 17 dos 25 ramos, 61 dos 80 grupos e 61,3% dos 789 produtos pesquisados. Vale citar que março de 2024 (20 dias) teve três dias úteis a menos do que igual mês do ano anterior (23).

Ainda no confronto com igual mês do ano anterior, entre as grandes categorias econômicas, bens de capital (-10,5%) assinalou, em março de 2024, a redução mais acentuada. Os setores produtores de bens de consumo duráveis (-6,3%) e de bens de consumo semi e não duráveis (-3,2%) também mostraram recuos mais elevados do que a média nacional (-2,8%), enquanto o segmento de bens intermediários (-1,4%) registrou a queda menos intensa.



Fonte: IBGE. Elaboração DEPE.

O setor de Indústrias Extrativas da PIM, apresenta uma tendência de recuo em sua série dos últimos 12 meses. Este desempenho é puxado especialmente pelos resultados apresentados nos



últimos 4 meses de recuo da série, sendo a variação de dezembro de 2023 de -6,82 a mais significativa.

Apesar de resultados de curto prazo, o primeiro trimestre de 2024 apresenta bons sinais para a indústria, que ainda não podem garantir um crescimento sustentável ou uma retomada do setor. Isto posto, é bem pouco provável que sejamos capaz de mensurar os impactos que o setor industrial sofreu no sul do país ante os desastres recentes ocasionados pela tragédia climática, levantando uma certa incerteza sobre o setor.

Emerson Braz – Economista e Mestrando em Economia pela PUC-SP

Mercado de Trabalho

Novo CAGED Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Conforme informações divulgadas pelo Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), em abril de 2024 foi registrado o saldo de 240.033 (resultado de 2.260.439 admissões e 2.020.406 desligamentos).

Os 5 (cinco) grandes grupamentos de atividades econômicas registraram saldos positivos no mês de abril. Apenas o setor de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura apresentou saldo negativo de -6.457. A Tabela 1, a seguir, mostra os saldos distribuídos por setor econômico.

Tabela 1 - Saldo de empregos acumulado por setor de atividade (Abril/2024)

Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	6.576
Indústria geral	35.990
Construção	31.893
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	27.272
Serviços	138.309
Não identificados	-7
Total	240.033

Fonte: Novo Caged

No recorte regional, as 5 (cinco) regiões apresentaram saldos positivos: Sudeste (126.441, +0,54%), Sul (45.001, +0,53%), Centro-Oeste (24.408, +0,59%), Norte (15.745, +0,68%) e Nordeste (23.667, +0,31%).

Tabela 2 - Saldo de empregos acumulado por região Abril/2024)

Norte	15.745
Nordeste	23.667
Centro Oeste	24.408
Sul	45.001
Sudeste	126.441
Total	240.033

Fonte: Novo Caged.



Destaques - saldos de empregos formais para abril/2024:

- Homens +129.116 e mulheres +110.917.
- Faixa etária que mais gerou postos de trabalho formais foi de 18 a 24 anos, independentemente do gênero, com saldo positivo de 128.893).
- Grau de Instrução com maior saldo de postos de trabalho: Ensino médio completo (+175.570).

O estoque de empregos formais em abril de 2024 contabilizou 46.475.700 vínculos, que representou uma variação de +0,52% em relação ao estoque do mês anterior.

No acumulado do ano (janeiro/2024 a abril/2024), o saldo foi de 958.425 empregos, resultado de 8.904.070 admissões e 7.945.645 desligamentos. Ainda, o saldo do acumulado do ano para os 5 (cinco) grandes grupamentos de atividades econômicas registraram saldos positivos, conforme Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 - Saldo acumulado de empregos por setor de atividade (Janeiro a Abril/2024)

Agropecuária	+26.097
Indústria	+191.358
Construção	+141.428
Comércio	+42.936
Serviços	+556.607
não identificados	-1
Total	+958.425

Fonte: Novo Caged.

O salário médio de admissão em abril/2024 foi de R\$ 2.126,16, um aumento real de R\$ 36,96 (1,77%) em relação ao mês anterior. A faixa salarial de até 1,5 salário mínimo registrou 169.400 postos, e a cor/raça parda obteve um saldo de 217.717 postos.

PNAD Contínua - Mercado de Trabalho

De acordo com os últimos dados divulgados na PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), para o trimestre móvel de fevereiro, março e abril de 2024, apresentados na tabela 4, o número de desocupados atingiu cerca de 8,2 milhões de pessoas, apresentando estabilidade em relação ao trimestre imediatamente anterior, e queda de 882 mil pessoas (9,7%) na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano anterior. A taxa de desocupação ficou em 7,6%, estabilidade. sobre o trimestre anterior, e queda de 0,7 p.p. na comparação com 2023.

No trimestre móvel terminado em abril de 2024 houve estabilidade (0,1%) na comparação com o trimestre anterior. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior houve expressivo aumento de 1,89 milhão de pessoas (1,8%). A população fora da força de trabalho apresentou elevação de 0,3% (232 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior. Na comparação com o ano anterior há queda de cerca de 400 mil pessoas (0,6%).



A população ocupada apresentou sutil elevação de 0,2%, cerca de 211 mil pessoas, na comparação com o trimestre imediatamente anterior. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior houve um significativo crescimento de cerca de 2,7 milhões de pessoas (2,8%). O total de pessoas desalentadas reduziu 3,3%, cerca de 117 mil pessoas na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, a queda foi mais expressiva, 314 mil pessoas (-8,3%).

A população subutilizada, formada pelas pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência e horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial apresentou redução de mais de 843 mil pessoas, ou 4%. Já em relação ao trimestre anterior ocorreu leve queda de 0,8%, ou 172 mil pessoas.

Tabela 4: Mercado de trabalho – Indicadores selecionados
Brasil – novembro, dezembro e janeiro de 2024

Posição no mercado de trabalho/Período	fev-mar-abr 2023	nov-dez-jan 2024	fev-mar-abr 2024	Trim. Atual/Trim. Anterior (%)	Diferença	Trim. Atual/Trim. igual ano anterior (%)	Diferença
Na força de trabalho	107.127	108.885	109.018	0,1	133	1,8	1.891
Ocupadas	98.031	100.593	100.804	0,2	211	2,8	2.773
Desocupadas	9.095	8.292	8.213	-1,0	-79	-9,7	-882
Fora da força de trabalho	67.227	66.590	66.822	0,3	232	-0,6	-405
Subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas	5.053	5.271	5.213	-1,1	-58	3,2	160
Na força de trabalho potencial	6.824	6.738	6.702	-0,5	-36	-1,8	-122
Desalentadas	3.769	3.572	3.455	-3,3	-117	-8,3	-314
Desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial	20.972	20.301	20.129	-0,8	-172	-4,0	-843

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

Entre as diferentes ocupações, em relação ao trimestre anterior, os destaques de crescimento foram do empregado com carteira assinada no setor privado, 238 mil (0,6%) e empregado no setor público, 147 mil (1,2%). As demais ocupações apresentam pequenas quedas ou estabilidade.

Na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano passado, o destaque de crescimento foi no emprego no setor privado com carteira assinada com 1,38 milhão de pessoas (3,8%), seguido por empregado no setor privado sem carteira assinada, 813 mil (6,4%). Já o trabalho o trabalhador familiar auxiliar apresentou a única variação negativa com queda de 181 mil pessoas (-11,9%).

Tabela 5: Mercado de trabalho – Total de ocupados por posição no mercado de trabalho
Brasil – janeiro fevereiro e março de 2024

Posição no mercado de trabalho/Período	fev-mar-abr 2023	nov-dez-jan 2024	fev-mar-abr 2024	Trim. Atual/Trim. Anterior (%)	Diferença	Trim. Atual/Trim. igual ano anterior (%)	Diferença
Empregado C/ carteira setor privado	36.807	37.950	38.188	0,6	238	3,8	1.381
Empregado S/ carteira setor privado	12.725	13.443	13.538	0,7	95	6,4	813



Trabalhador doméstico	5.694	5.945	5.868	-1,3	-77	3,1	174
Setor público	11.955	12.124	12.271	1,2	147	2,6	316
Empregador	4.114	4.204	4.155	-1,2	-49	1,0	41
Conta própria	25.221	25.553	25.450	-0,4	-103	0,9	229
Conta própria com CNPJ	6.300	6.488	6.485	0,0	-3	2,9	185
Conta própria sem CNPJ	18.920	19.064	18.965	-0,5	-99	0,2	45
Trab. familiar auxiliar	1.515	1.374	1.334	-2,9	-40	-11,9	-181

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

Entre os grupamentos de atividade no trabalho principal, o destaque com o maior crescimento, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, foi informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas com 775 mil pessoas (6,5%), Em seguida o grupamento de Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, 652 mil pessoas (3,7%). Apenas agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura teve diminuição (-215 mil pessoas)

Em relação ao trimestre imediatamente anterior a maioria dos grupos apresentaram estabilidade, exceto agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (162 mil pessoas) e administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (197 mil pessoas).

Tabela 6: Mercado de trabalho – Todo de ocupados por posição no mercado de trabalho Brasil – novembro, dezembro e janeiro de 2024

Grupamento de atividade no trabalho principal	jan-fev-mar 2023	out-nov-dez 2023	jan-fev-mar 2024	Trim. Atual/Trim. Anterior (%)	Diferença	Trim. Atual/Trim. igual ano anterior (%)	Diferença
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	8.242	7.865	8.027	2,1	162	-2,6	-215
Indústria geral	12.648	12.932	12.991	0,5	59	2,7	343
Construção	7.115	7.400	7.410	0,1	10	4,1	295
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	18.812	19.074	18.978	-0,5	-96	0,9	166
Transporte, armazenagem e correio	5.429	5.767	5.746	-0,4	-21	5,8	317
Alojamento e alimentação	5.444	5.471	5.508	0,7	37	1,2	64
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	11.951	12.712	12.726	0,1	14	6,5	775
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	17.402	17.857	18.054	1,1	197	3,7	652
Outros serviços	5.204	5.491	5.429	-1,1	-62	4,3	225
Serviços domésticos	5.730	5.984	5.909	-1,3	-75	3,1	179

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

Sazonalmente o trimestre analisado é caracterizado pelo aumento da desocupação e piora



de alguns indicadores na comparação com o trimestre imediatamente anterior. A questão a ser observada nos próximos meses é se estamos lidando apenas com efeitos sazonais ou um momento de inflexão nas tendências observadas nos últimos anos.

Rendimento

No trimestre móvel terminado em abril de 2024, o rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente recebido em todos os trabalhos, foi estimado em R\$ 3.151. Esse resultado apresentou estabilidade frente ao trimestre móvel anterior, com variação de variação positiva de apenas 0,8% (R\$ 3.126), e crescimento de 4,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (R\$ 3.002).

Na comparação entre o 1º trimestre de 2024 com o 1º trimestre de 2023, todas as regiões apresentaram. Em relação ao 4º trimestre de 2023, o rendimento médio cresceu também cresceu em todas as regiões.

Tabela 7: Rendimento – Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, segundo as Grandes Regiões – 2023/2024 - (em R\$)

Região	2023		2024
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Brasil	3.274	3.182	3.412
Norte	2.493	2.499	2.618
Nordeste	2.190	2.102	2.265
Sudeste	3.731	3.634	3.899
Sul	3.580	3.451	3.730
Centro-oeste	3.788	3.715	3.918

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

A massa de rendimento real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, foi estimada em R\$ 306,1 bilhões de reais. Quando comparada ao trimestre anterior, de outubro a dezembro de 2023, a massa de rendimento ficou relativamente estável, apresentando uma variação de 0,7%, ou seja, mais R\$ 2,1 bilhões. Frente ao mesmo trimestre de 2023, houve aumento de 6,6%, ou um acréscimo de R\$ 19,1 bilhões na massa de rendimento.

A Região Sudeste apresentou a maior massa de rendimento real no período, tendo registrado 158,6 bilhões no 1º trimestre de 2024, representando uma expansão de 0,86% em relação ao trimestre imediatamente anterior, e 6,7% com relação ao 1º trimestre de 2023.



Tabela 8: Rendimento – Massa de rendimento real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, por Grandes Regiões – 2023/2024 - (em R\$ bilhões)

Região	2023		2024
	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Brasil	289.148,00	306.163,00	308.318,00
Norte	17.511,00	19.310,00	19.142,00
Nordeste	43.726,00	45.862,00	45.967,00
Sudeste	148.694,00	157.312,00	158.660,00
Sul	49.873,00	52.595,00	53.477,00
Centro-oeste	29.344,00	31.084,00	31.072,00

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

Camila Gaboni Silva, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP

Miguel Huertas Neto, economista, mestre em Economia Política pela PUC-SP, doutorando em desenvolvimento econômico (IE-UNICAMP)

Política Monetária

Apagando o fogo com gasolina

Além de garantir o poder de compra da moeda, via o controle da inflação, uma das funções do Banco Central, principalmente no que tange à sua comunicação, é atenuar a volatilidade, o que implicaria também na suavização do nível de atividade econômica e no fomento ao pleno emprego, via uma comunicação mais clara e assertiva, o que possibilitaria um melhor planejamento dos agentes.

Nesse sentido, a adoção do forward guidance ao início do ciclo de flexibilização monetária, indicando os próximos passos da autarquia, foi exitoso ao prover essa clareza, ajudando na tomada de decisões e atenuando a volatilidade, em especial na estrutura a termo da taxa de juros. Por isso, o risco em se quebrar a sinalização, mesmo em um cenário de maior adversidade no ambiente externo e aumento das incertezas internas. Ainda que se reconheça a necessidade de se assegurar um maior grau de liberdade para decisão de política monetária.

Assim, tendo como base a relação custo-benefício, a manutenção do corte de -0,50 p.p. na taxa Selic na última reunião do Copom em maio, se ajustando a comunicação novamente, até mesmo sinalizando uma eventual paralisação no ciclo de cortes, não traria um impacto significativo na curva de juros, além de garantir a taxa em um patamar contracionista, necessária para a convergência da inflação à meta dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Por outro lado, o não cumprimento da sinalização poderia ter impacto sobre a credibilidade futura da comunicação, trazendo uma maior volatilidade. **11**



Quando o presidente do Banco Central, Roberto Campo Neto, mudou a sinalização da política monetária de forma discricionária, em evento privado, expondo os 4 cenários para a evolução do balanço de risco para inflação, o que se viu foi justamente o efeito contrário. O que se acentuou com a decisão dividida do Copom em reduzir seu corte para -0,25 p.p. e sinalizar uma postura ainda mais conservadora, abrindo espaço para o encerramento do ciclo de afrouxamento monetário.

E pior, a divisão do comitê abriu espaço para levar a polarização política para dentro da autarquia, deixando os fundamentos econômicos em segundo plano. Mas se concentrando dentro dos fundamentos, do lado externo, o mercado segue majoritariamente precificando 1 corte na Fed Funds este ano, contudo as projeções passaram da reunião de setembro para a de novembro. Sendo assim, embora pudesse pressionar o diferencial entre as taxas de juros e impactar o câmbio, e indiretamente o nível de preços, a decisão foi precipitada, podendo ter sido considerada na sinalização das próximas reuniões.

No front doméstico, a justificativa principal foi a desancoragem das expectativas. Entretanto, o abandono do forward guidance foi mais prejudicial, criando uma ciranda negativa para a economia interna, principalmente em um cenário de elevada alavancagem de empresas e famílias. Desde a decisão do Copom no dia 08/05/2024, o que se viu foi uma deterioração das expectativas inflacionárias e consequentemente, uma elevação nos prêmios de riscos dos ativos domésticos, com forte elevação dos juros futuros, depreciação do real e queda do Ibovespa.

Desde a última reunião, no Boletim Focus, a projeção para o IPCA de 2025 saiu de 3,65% para 3,75% e o de 2026 de 3,50% para 3,58%. Ainda, a projeção para a taxa Selic ao final de ano foi de 9,75% a.a. para 10,0% a.a. em 2024. Considerando que a inflação corrente não mostrou uma mudança significativa, as revisões se deram quase que exclusivamente com a alteração na sinalização do Copom. Ademais, a taxa real de juros ex-ante encerrou o dia 24/05/2024 em 6,68% a.a., o que representou uma elevação de 0,23 p.p. no período, entrando ainda mais em patamar contracionista, dada a taxa neutra estimada pelo Banco Central em 4,50% a.a..

A perda de credibilidade na comunicação do Copom, com essa mudança abrupta na condução da política monetária, se mostrou mais contraproducente do que efeitos positivos. O custo maior é a provável mudança na taxa de juros ao final do ciclo de ajuste, principalmente pela politização da decisão da autarquia. O comitê poderia manter a sinalização, não criando ruídos em sua comunicação, e indicar quedas menores nas próximas reuniões, deixando em aberto uma possível paralisação, a depende da evolução do balanço de risco para inflação, garantindo assim um maior grau de liberdade e assegurando a taxa de juros ainda em patamar contracionista.

Porém, o que se viu foi uma deterioração adicional das expectativas inflacionárias, elevação dos juros futuro, o que tende a pressionar os custos dos novos empréstimos, e um aumento da volatilidade e dos prêmios de riscos dos ativos doméstico, sendo justamente o contrário do que o Banco Central deveria almejar.



Tiago Antônio de Oliveira, economista e mestre em Economia Política

Inflação

Após alta de 1,42% no primeiro trimestre de 2024, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulou alta de 0,38 no mês de abril. Quando analisados os desempenhos mensais do primeiro quadrimestre, fevereiro foi o mês com maior alta, totalizando (+0,83%), seguido por janeiro (+0,42), abril (+0,38) e março (+0,16).

O acumulado do primeiro quadrimestre de 2024 (+1,80) e também o apresentado nos últimos doze meses (3,69%) evidenciam a estabilidade de da inflação no país, tendo o IPCA próximo do centro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, que para 2024 é de 3%, com intervalo de 1.5 ponto percentual, para cima ou para baixo.

Em abril, sete dos nove grupos pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE apresentaram alta, com destaque para os setores de Saúde e cuidados pessoais (+1,16%) e Alimentação e bebidas (+0,70%),

O grupo Alimentação, que impacta diretamente as famílias com rendas menores, tem sido, ao lado do setor de Transportes, principalmente por causa do preço dos combustíveis, que teve alta de 1,5% em abril, motivos de preocupação tanto pelo lado dos consumidores, quanto dos produtores e governo.

Em relação à alimentação, o momento é de alerta e preocupação com a garantia do abastecimento de arroz no país, sem que haja aumento do preço, dada a situação ambiental que o estado do Rio Grande do Sul atravessa, gerando grandes prejuízos materiais e imateriais para grande parte de sua população, e impactando os produtores de arroz, que juntos representam 70% de todo arroz vendido no país. Visando segurar os preços e garantir o acesso da população, o Governo editou a Medida Provisória 1.217/2024, autorizando, em caráter excepcional, a importação de até um milhão de tonelada de arroz beneficiado ou em casca para recomposição dos estoques públicos, tendo como preço máximo o valor de R\$4,00 por kg para o consumidor.

Já os combustíveis seguem sendo motivo de pressão política e econômica no país. Com os recentes aumentos, dada a política atual de preços praticada pela Petrobrás, em alguns municípios do país o preço do litro de gasolina ultrapassou os R\$6,00, gerando desgaste político com a população e pressão na cúpula governista por mudanças nos rumos da empresa, que, por outro lado, busca seguir com preços competitivos, sem maiores prejuízos para a empresa e seus acionistas, entre ele o próprio Governo Federal. Essas pressões acarretaram na mudança de presidência na Estatal.

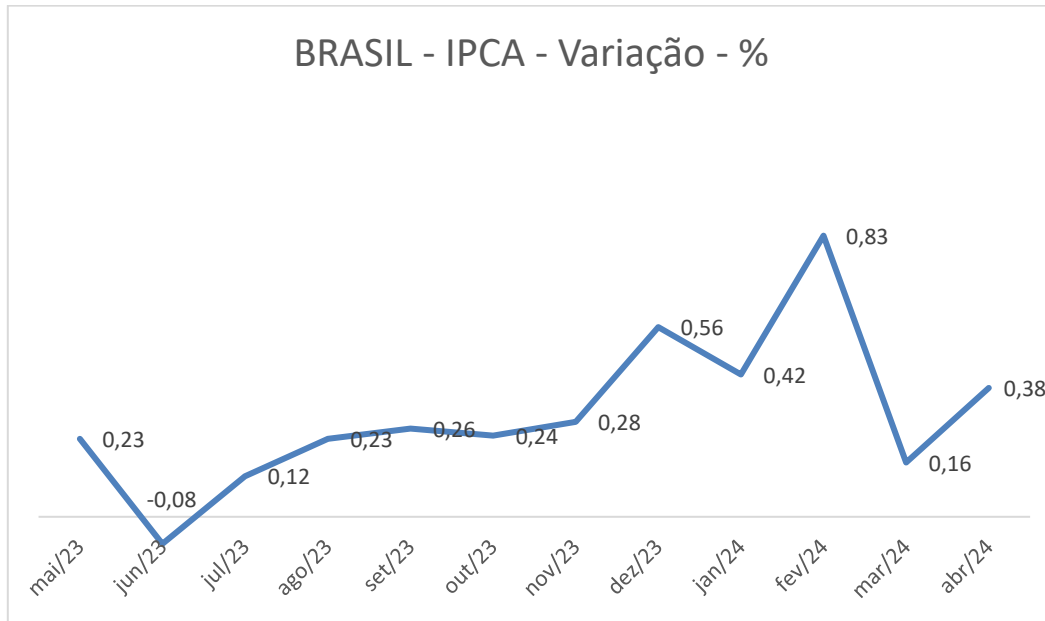
Para o mês de maio, a prévia da inflação, medida pelo IPCA – 15, foi de +0,44%, com destaque para a alta da gasolina (+1,90).

A edição do Boletim Focus divulgada no dia 03 de junho de 2020, apresenta aumento da



estimativa do IPCA para 2024, passando de 3,86% para 3,88%, enquanto a previsão para a inflação de 2025 avançou de 3,75% para 3,77%. De toda forma, mesmo com essa projeção de crescimento, a inflação segue sob controle no país, não sendo necessário, até então, mudanças no ritmo de cortes na taxa Selic, embora setores conservadores da economia e da imprensa já comecem a ecoar discursos para essa mudança de rumo.

Abaixo, o gráfico 1 apresenta o desempenho do IPCA nos últimos doze meses:



Fonte: elaboração própria, com base em dados do IBGE

Outro fator que vem gerando expectativas é a escolha do próximo presidente do Banco Central, uma vez que o mandato do Roberto Campos Neto está terminando, e tudo indica que não será reconduzido ao cargo pelo presidente Lula, que tende a escolher um profissional com visão econômica mais alinhada com os objetivos e visão econômica do Governo Federal.

A escolha desse novo(a) presidente e também os rumos da política econômica adotada por ele(a) e pelo Ministério da Fazenda serão cruciais para aumentar a credibilidade e aprovação popular do Governo, já visando os resultados das eleições de 2026.

Ricardo Reis, economista, mestrando em Economia Política pela PUC – SP

Crédito

Crédito: Análise

O saldo do crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) em abril/24, apresentou uma variação de +0,20% perante o mês anterior, o resultado nos últimos 12 meses foi de +8,70%, com crescimento no mês da carteira de pessoa física de +0,90% e queda da carteira de pessoa jurídica de -0,90%. O saldo consolidado foi de R\$ 5.893,7 bilhões. O saldo da carteira de pessoa jurídica foi de R\$ 2.249,6 bilhões e da carteira de pessoa física ficou em R\$ 3.644,1 bilhões. O saldo do crédito



em relação ao PIB ficou em 53,2% queda de -0,10%. A inadimplência total foi de 3,2% estável 0,0% com relação ao mês anterior. A taxa de juros no segmento de recursos livres está no patamar de 40,4% a.a. redução de -0,1% no mês e em recursos direcionados em 10,2% a.a. recuo de -0,40%. O spread bancário total foi de 19,4 p.p. variação de -0,2%.

As concessões totais, com ajuste sazonal foram de R\$ 562,3 bilhões redução de -2,5%, no ano +13,5% e no acumulado em 12 meses em +7,8%.

Pelas informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil, o endividamento das famílias junto ao sistema financeiro nacional, continuam em patamares elevados atingindo 48,0% no mês de março/24 elevação de 0,2 p.p. com relação ao mês anterior e em 12 meses queda -0,6 p.p.. Mesmo que elevado é o segundo melhor resultado desde setembro/21 quando atingiu 47,52 p.p., mostrando que ao longo do segundo semestre de 2023 o nível de endividamento pode ter atingido um teto, sobretudo, em função do programa Desenrola Brasil – Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas.

As taxas de juros divulgadas pela Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – Anefac para pessoa física no mês de abril/24 ficou em 404,58% a.a. para o cartão de crédito, ou seja, trata-se dos juros mais altos cobrado entre os instrumentos de crédito para pessoa física e pessoa jurídica divulgados pela Anefac. Cabendo destacar aqui que, no mês de março/24 ocorreu dentro das várias modalidades de crédito para pessoa física, uma queda de -0,7% no crédito rotativo na comparação com o mês anterior.

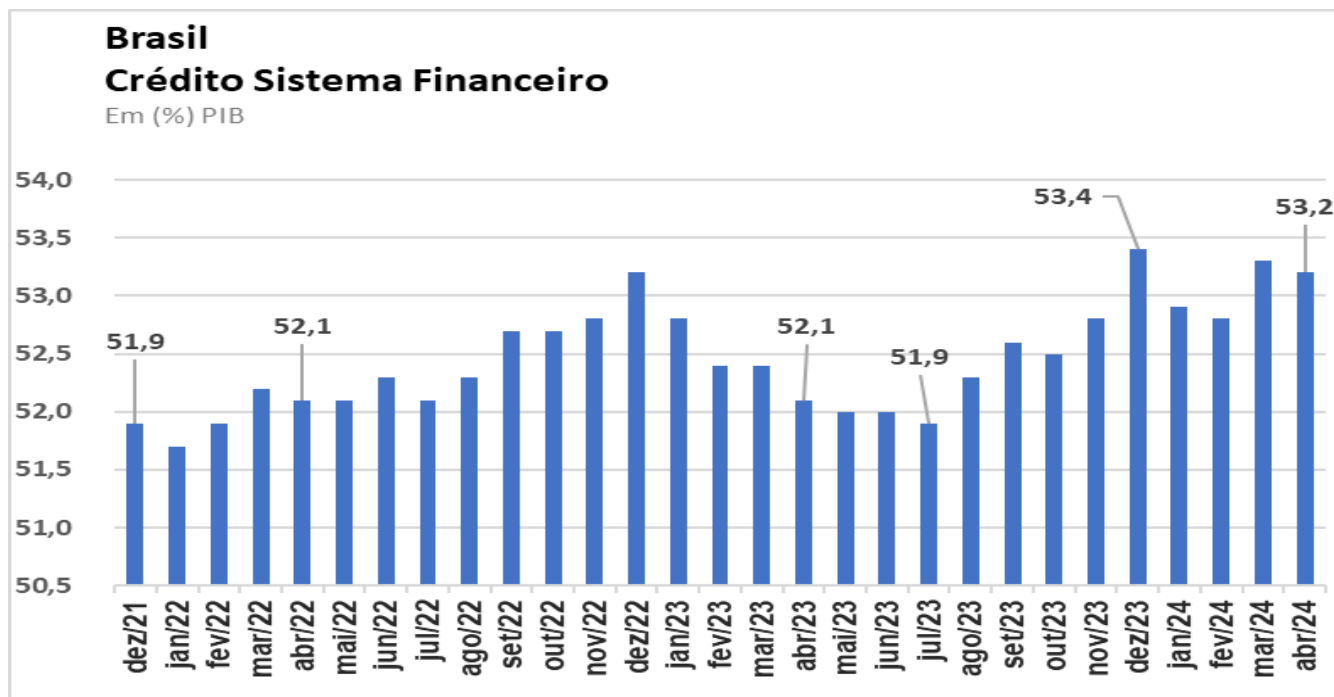
Podemos observar que o crescimento de 8,7% nos últimos 12 meses no saldo do crédito total, tem como protagonismo os recursos direcionados que cresceram 12,40% no mesmo período. Um de seus destaques é a busca da retomada da importância do crédito do BNDES, que foi esvaziado ao longo do governo Bolsonaro. Isso pode ser notado no crédito de capital de giro para pessoa jurídica realizado pelo banco, com um crescimento de 115,3% em 12 meses e um aumento da ordem de 57,8% também em 12 meses na modalidade de capital de giro e financiamento a investimento para a pessoa física. O crédito direcionado em dezembro/22 estava em 21,3% em relação ao PIB e chegou em abril/24 em 22,3%. Mesmo com o recuo conservador da taxa Selic realizada na última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil) em 08/05/24, a continuidade das quedas ao longo das próximas reuniões, será um importante fator para uma retomada do crédito mais consiste ao longo de 2024 como esses primeiros sinais do ano indicam.

Sistema Financeiro Nacional

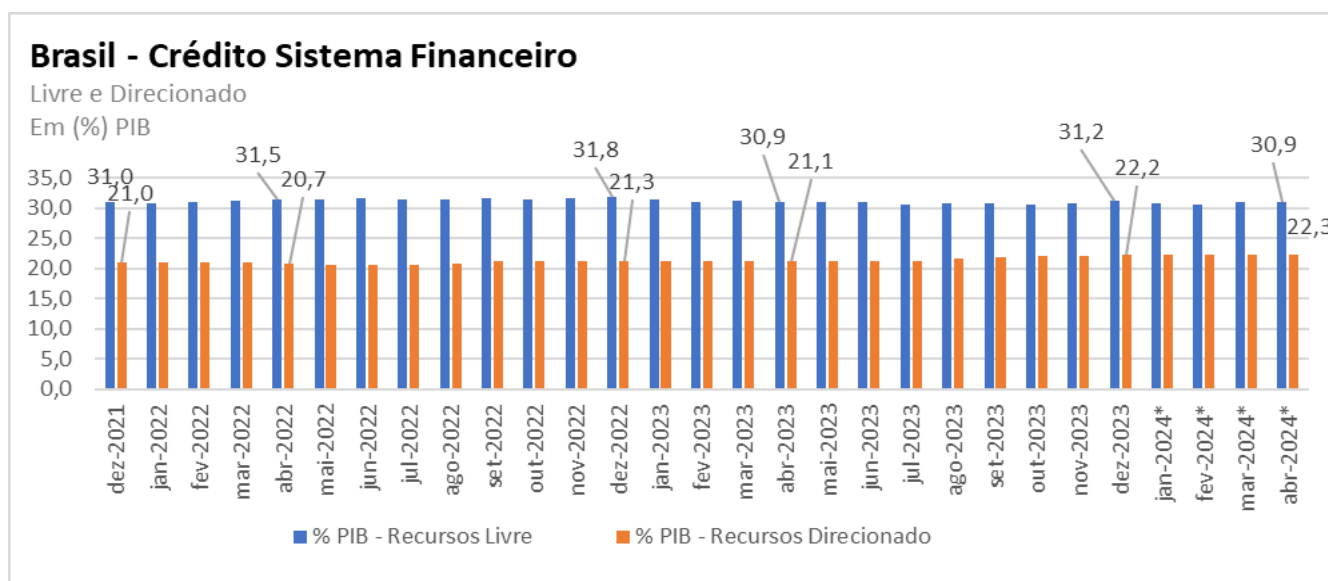

Brasil: Quadro Resumo Saldo do Crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) : Abril / 2024

	Item	Medida	Variação			Comentários
			Mês	Ano	12 meses	
Posição Geral	Saldo Crédito SFN S/PIB	53,20%	-0,10%	-0,20%	1,10%	Desde dez/21 até dez/23 apenas duas vezes o crédito ficou acima de 53%. Abril/24 é o segundo mês consecutivo que isso ocorre.
	Saldo Crédito SFN (R\$)	R\$ 5.893,7 bilhões	0,20%	1,70%	8,70%	Crescimento importante da carteira de PF.
	Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 2.249,6 bilhões	-0,90%	-1,00%	5,30%	Queda PJ explicada pelo segmento de recursos livres.
	Carteira Pessoa Física	R\$ 3.644,1 bilhões	0,90%	3,50%	10,90%	Crescimento equilibrando em recursos livres e direcionados.
	Concessão Ajuste Sazonal (R\$)	R\$ 562,3 bilhões	-2,50%	13,50%	7,80%	Queda maior no segmento de pessoa física.
	Inadimplência	3,20%	0,00%	0,00%	-0,20%	Estabilidade.
	Spread bancário	19,2 p.p.	-0,20%	-0,40%	-2,40%	Ligeira queda no mês, retomando comportamento interrompido no mês anterior.
Recursos	Saldo Total	R\$ 3.420,3 bilhões	-0,20%	1,00%	6,20%	
	Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 1.434,4 bilhões	-1,40%	-1,90%	2,60%	Destaques: Recuo no mês de -1,4%, porém, acréscimo de 2,6% na comparação com mesmo período do ano anterior. Diminuição de estoques de duplicata e outros recebíveis, retração de antecipação de faturas de cartão de crédito e do cartão de crédito rotativo.
	Spread bancário	10,8 p.p.	0,10%	0,30%	-0,50%	
	Inadimplência	3,30%	0,10%	0,20%	0,60%	
	Carteira Pessoa Física	R\$ 1.985,9 bilhões	0,80%	3,20%	8,90%	Destaques: Aumento da carteira de financiamento para aquisição de veículos, cartão de crédito total, consignado para trabalhadores do setor público e beneficiários do INSS.
	Spread bancário	42,1 p.p.	-0,80%	-1,40%	-4,90%	
	Inadimplência	5,50%	0,10%	-0,10%	-0,70%	
	Saldo Total	R\$ 2.473,4 bilhões	0,70%	2,70%	12,40%	
	Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 815,2 bilhões	0,20%	0,70%	10,40%	Destaques: Crédito do BNDES para capital de giro (+5,6%), financiamento imobiliário taxas reguladas (+3,2%) e recursos BNDES financiamento agroindustrial (+3,2%).
	Spread bancário	3,90%	0,10%	-0,10%	-0,20%	
	Inadimplência	1,40%	0,00%	0,20%	-0,20%	
	Carteira Pessoa Física	R\$ 1.658,2 bilhões	0,90%	3,70%	13,40%	Destaques: Crescimento no crédito rural taxas de mercado (1,9%) e crédito com recursos do BNDES (+1,8%)
	Spread bancário	4,3 p.p.	0,10%	0,00%	-0,60%	
	Inadimplência	1,50%	0,00%	0,10%	-0,20%	

Fonte: Banco Central do Brasil - BCB e Elaboração DEPE

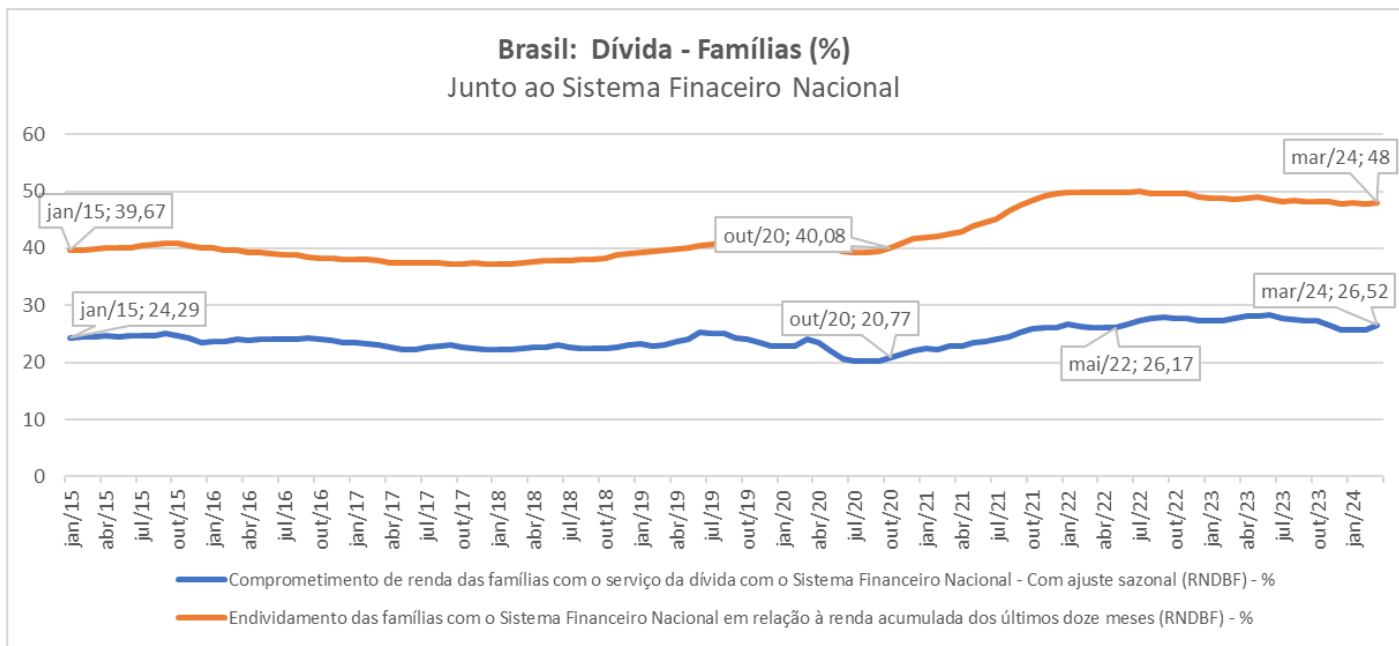


Fonte: Banco Central do Brasil - BCB e Elaboração DEPE

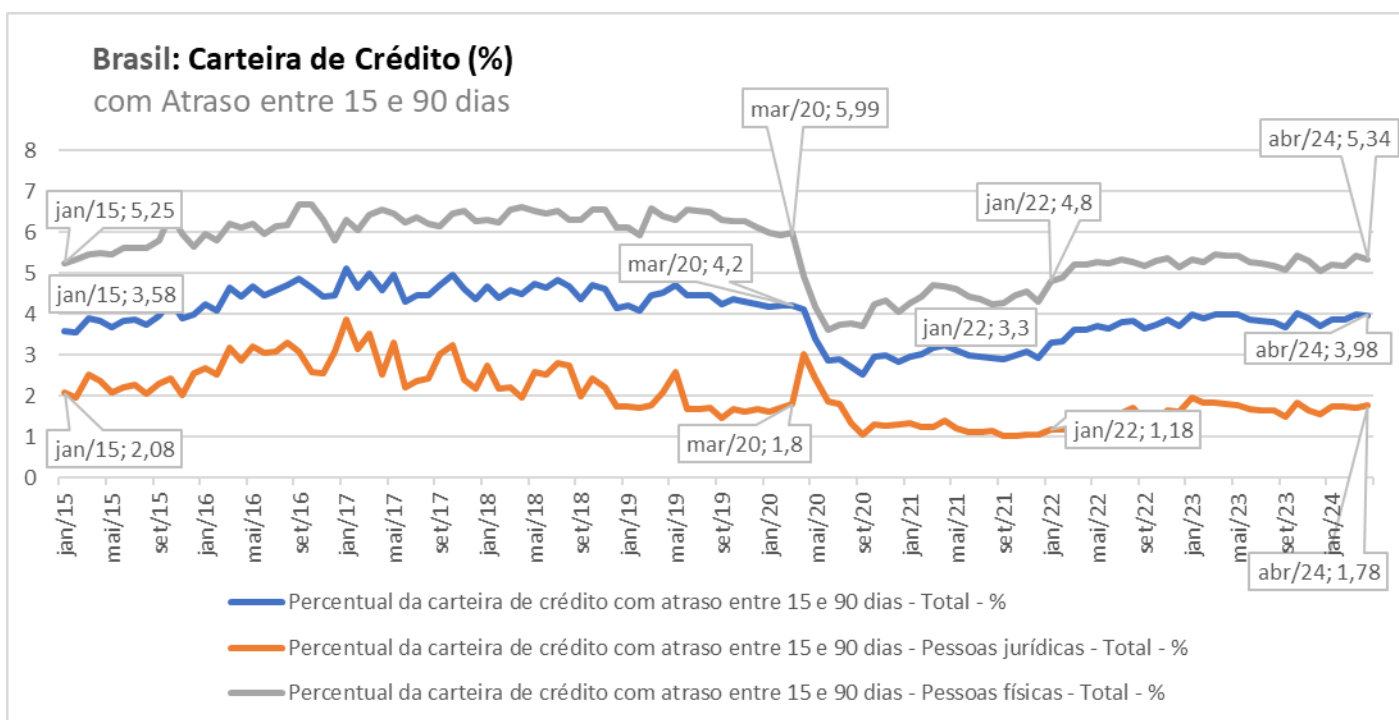


Fonte: Banco Central do Brasil - BCB e Elaboração DEPE

Endividamento



Fonte: Banco Central do Brasil - BCB e Elaboração DEPE



Fonte: Banco Central do Brasil - BCB e Elaboração DEPE

Taxa de Juros



Brasil: Taxa de Juros Pessoa Física (%) a.a.

Período	Juros Comércio	Cartão de Crédito	Cheque Especial	CDC - bancos - financ.automóveis	Empréstimo pessoal	
					Bancos	Financeira
Abril / 24	84,15%	404,58%	143,28%	25,05%	55,73%	122,21%
Março / 24	85,00%	410,97%	144,37%	25,34%	56,45%	123,21%
Fevereiro / 24	85,42%	416,35%	145,46%	25,93%	56,81%	124,21%
Janeiro / 24	86,05%	420,69%	146,55%	26,38%	57,54%	124,97%
Dezembro / 23	86,90%	430,02%	147,93%	26,82%	58,63%	125,72%
Novembro / 23	87,76%	424,51%	150,70%	27,42%	59,37%	127,25%
Outubro / 23	88,61%	430,02%	149,59%	27,72%	60,10%	128,01%
Setembro / 23	89,26%	432,24%	150,98%	28,02%	60,84%	128,78%
Agosto / 23	90,55%	427,81%	153,78%	28,93%	61,77%	130,32%
Julho / 23	91,42%	425,61%	155,48%	28,93%	62,52%	131,62%
Junho / 23	92,51%	427,26%	156,90%	29,08%	62,52%	133,18%
Mai / 23	92,08%	422,87%	156,90%	29,69%	62,52%	134,48%
Abril / 23	91,42%	421,78%	156,33%	29,38%	61,77%	133,44%
Março / 23	90,55%	417,43%	156,33%	29,54%	62,33%	132,13%
Fevereiro / 23	90,12%	412,04%	155,48%	29,84%	61,96%	131,62%
Janeiro / 23	89,69%	410,97%	155,20%	29,69%	61,59%	132,13%
Dezembro / 22	89,26%	409,37%	154,63%	29,54%	62,33%	132,65%
Setembro / 22	88,18%	400,37%	155,20%	29,23%	63,46%	134,48%

Fonte: Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Brasil: Taxa de Juros Pessoa Jurídica (%) a.a.

Período	Capital de Giro	Desconto de Duplicata	Conta Garantida
Março / 24	24,60%	23,00%	141,93%
Fevereiro / 24	25,34%	23,29%	143,55%
Janeiro / 24	25,64%	23,58%	145,18%
Dezembro / 23	26,68%	23,87%	147,38%
Novembro / 23	27,27%	24,31%	148,76%
Outubro / 23	28,02%	24,90%	149,31%
Setembro / 23	28,63%	25,64%	150,14%
Agosto / 23	29,38%	26,53%	151,54%
Julho / 23	30,15%	27,42%	152,38%
Junho / 23	29,84%	27,42%	154,63%
Mai / 23	29,38%	28,32%	153,78%
Abril / 23	28,78%	27,87%	153,22%
Março / 23	28,93%	27,72%	151,54%
Fevereiro / 23	29,38%	27,12%	150,70%
Janeiro / 23	28,48%	27,42%	151,26%
Dezembro / 22	27,87%	27,12%	152,66%
Setembro / 22	26,53%	28,32%	150,98%

Fonte: Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade



Brasil: Taxa de Juros Pessoa Física (%) a.a.

Período	Juros Comércio	Cartão de Crédito	Cheque Especial	CDC - bancos - financ.automóveis	Empréstimo pessoal	
					Bancos	Financeira
Abril / 24	84,15%	404,58%	143,28%	25,05%	55,73%	122,21%
Março / 24	85,00%	410,97%	144,37%	25,34%	56,45%	123,21%
Fevereiro / 24	85,42%	416,35%	145,46%	25,93%	56,81%	124,21%
Janeiro / 24	86,05%	420,69%	146,55%	26,38%	57,54%	124,97%
Dezembro / 23	86,90%	430,02%	147,93%	26,82%	58,63%	125,72%
Novembro / 23	87,76%	424,51%	150,70%	27,42%	59,37%	127,25%
Outubro / 23	88,61%	430,02%	149,59%	27,72%	60,10%	128,01%
Setembro / 23	89,26%	432,24%	150,98%	28,02%	60,84%	128,78%
Agosto / 23	90,55%	427,81%	153,78%	28,93%	61,77%	130,32%
Julho / 23	91,42%	425,61%	155,48%	28,93%	62,52%	131,62%
Junho / 23	92,51%	427,26%	156,90%	29,08%	62,52%	133,18%
Mai / 23	92,08%	422,87%	156,90%	29,69%	62,52%	134,48%
Abril / 23	91,42%	421,78%	156,33%	29,38%	61,77%	133,44%
Março / 23	90,55%	417,43%	156,33%	29,54%	62,33%	132,13%
Fevereiro / 23	90,12%	412,04%	155,48%	29,84%	61,96%	131,62%
Janeiro / 23	89,69%	410,97%	155,20%	29,69%	61,59%	132,13%
Dezembro / 22	89,26%	409,37%	154,63%	29,54%	62,33%	132,65%
Setembro / 22	88,18%	400,37%	155,20%	29,23%	63,46%	134,48%

Fonte: Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Brasil: Taxa de Juros Pessoa Jurídica (%) a.a.

Período	Capital	Desconto	Conta
	de Giro	de Duplicata	Garantida
Abril / 24	24,02%	22,42%	140,58%
Março / 24	24,60%	23,00%	141,93%
Fevereiro / 24	25,34%	23,29%	143,55%
Janeiro / 24	25,64%	23,58%	145,18%
Dezembro / 23	26,68%	23,87%	147,38%
Novembro / 23	27,27%	24,31%	148,76%
Outubro / 23	28,02%	24,90%	149,31%
Setembro / 23	28,63%	25,64%	150,14%
Agosto / 23	29,38%	26,53%	151,54%
Julho / 23	30,15%	27,42%	152,38%
Junho / 23	29,84%	27,42%	154,63%
Mai / 23	29,38%	28,32%	153,78%
Abril / 23	28,78%	27,87%	153,22%
Março / 23	28,93%	27,72%	151,54%
Fevereiro / 23	29,38%	27,12%	150,70%
Janeiro / 23	28,48%	27,42%	151,26%
Dezembro / 22	27,87%	27,12%	152,66%
Setembro / 22	26,53%	28,32%	150,98%

Fonte: Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Rosângela de Medeiros Marques, graduada em Economia pela PUC-SP.



Internacional

A inflação nos Estados Unidos

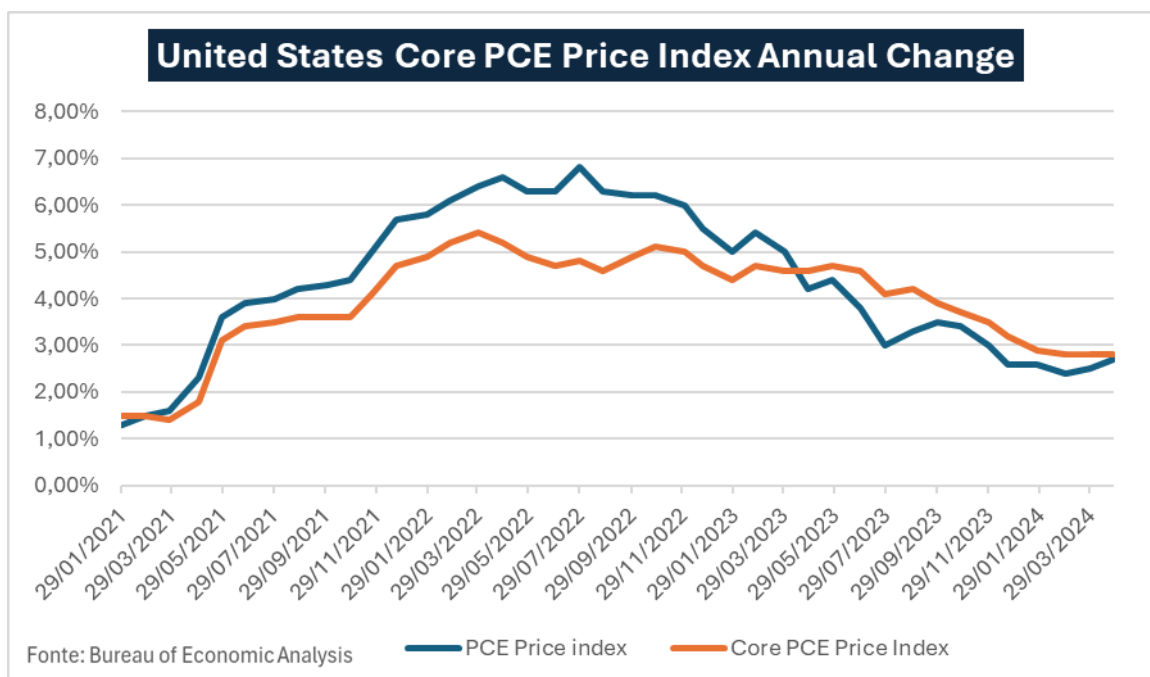
A novela inflacionária segue com novos capítulos, desta vez o nosso protagonista dentre os países desenvolvidos, o EUA apresentou mais um dado que coloca em xeque as perspectivas mais otimistas para a queda da inflação que vinha sendo ventilada no começo do ano. Como veremos, apesar de voltar das máximas o PCE está acima da meta do Federal Reserve dificultando o processo de normalização da política monetária que era esperado.

Em 26 de abril, foi divulgado o principal indicador de inflação utilizado pelo Federal Reserve para o cálculo das metas inflacionárias, o Personal Consumption Expenditures (PCE) dos Estados Unidos, correspondendo ao mês de março. O índice registrou um aumento de 0,32% no mês e de 2,7% em termos anuais, com o núcleo do índice (que exclui alimentos e energia) apresentando uma taxa de 2,8%.

	JAN	FEB	MAR
Personal consumption expenditures (PCE)	0,4	0,3	0,3
PCE excluindo alimentos e energia	0,5	0,3	0,3
PCE excluindo alimentos, energia e habitação	0,5	0,2	0,3

Fonte: Bureau Of Economic Analysis

O aumento de 0,3% em março, foi consistente com os meses anteriores. Quando excluídos alimentos e energia, o PCE manteve um aumento estável de 0,3% em fevereiro e março, com uma leve redução em comparação a janeiro. A exclusão adicional de habitação também mostrou estabilidade com um aumento de 0,3% em março. Os bens duráveis, representando 11% do PCE, variaram, com destaque para a queda de 0,6% em veículos motorizados e peças. Os bens não duráveis, constituindo 22% do PCE, apresentaram uma alta notável em gasolina e bens energéticos, subindo 1,4% em março. O setor de serviços, responsável por 67% do PCE, demonstrou crescimento moderado, com serviços de transporte mostrando um aumento significativo de 1,6% em março.



Personal consumption expenditures (PCE)	2024		
	JAN	FEB	MAR
Bens duráveis (11%)	0,2	0,2	0,1
Veículos motorizados e peças	-0,9	0,1	-0,6
Mobiliário e equipamentos domésticos duráveis	0,5	-0,3	0,2
Bens e veículos recreativos	1,6	1,2	0,4
Outros bens duráveis	-0,7	-1,4	0,6
Bens não duráveis (22%)	-0,4	0,7	0,2
Alimentos e bebidas comprados para consumo fora do local	0,5	0,1	0
Roupas e calçados	-0,7	1	0,6
Gasolina e outros bens energéticos	-3,3	3,4	1,4
Outros bens não duráveis	-0,2	0,3	-0,1
Serviços (67%)	0,7	0,3	0,4
Despesas de consumo doméstico (para serviços)	0,7	0,2	0,4
Habitação e utilidades	0,6	0,5	0,5
Cuidados de saúde	0,6	0,2	0,1
Serviços de transporte	0	0,2	1,6
Serviços de recreação	0,4	0,5	-0,1
Serviços de alimentação e acomodações	0,7	0	0,2
Serviços financeiros e seguros	1,7	0,4	0,5
Outros serviços	0,9	-0,2	1

Fonte: Bureau Of Economic Analysis

Na ata da reunião do Federal Reserve, divulgada em maio, reiterou-se a necessidade de aguardar mais dados para alinhar a meta de inflação do país a 2%. Apesar da desaceleração do crescimento do PIB, o mercado de trabalho permanece aquecido.

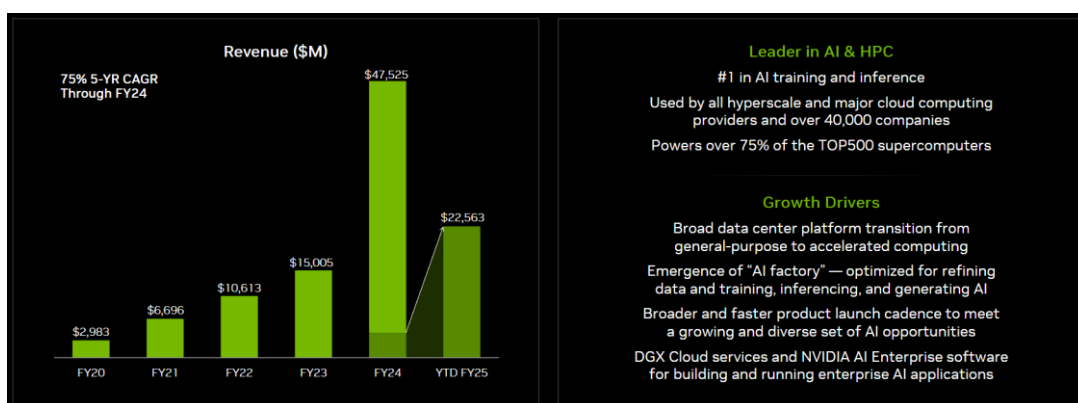
Embora alguns anos tenham transcorrido desde o início da pandemia, o mundo continua a enfrentar este desafio. A principal questão é se o governo dos Estados Unidos será capaz de mitigar este problema sem intensificar a desaceleração da atividade econômica.



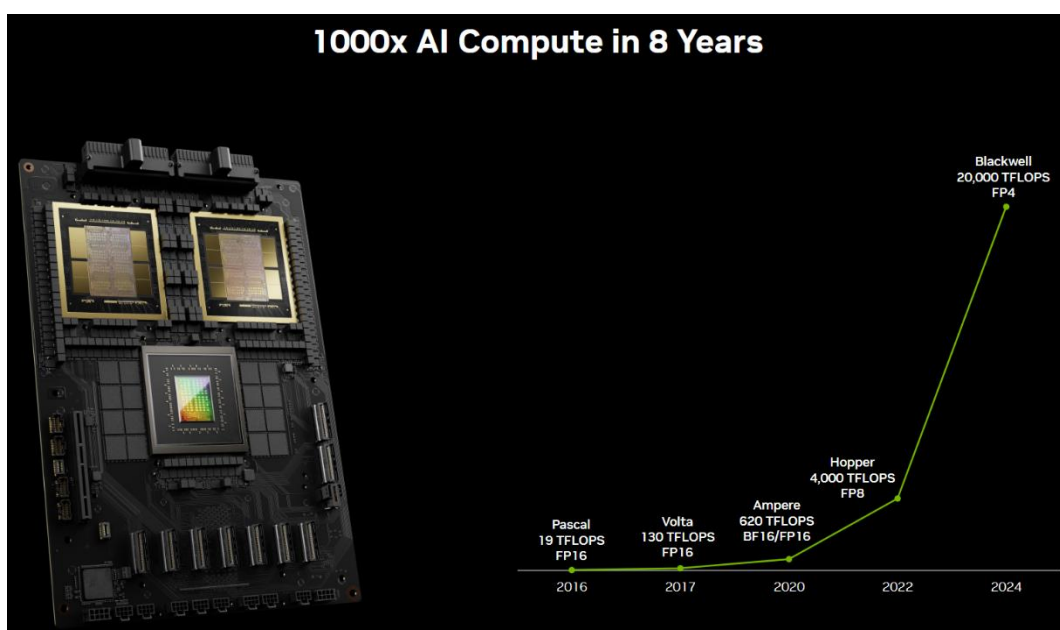
À revelia dos movimentos macroeconômicos as dinâmicas da inovação no campo da Inteligência Artificial Generativa estão, cada vez mais, impactando a economia de forma significativa.

Se os impactos em diferentes aspectos socioeconômicos ainda são incertos e existem dúvidas sobre os riscos de sua adoção e o potencial total dessa tecnologia, no campo da economia real já se faz bem concreto seu papel.

Símbolo desse momento histórico de transformação do processo produtivo em uma nova revolução industrial, a NVIDIA companhia americana responsável pela produção de chips e data centers responsáveis por suportar o desenvolvimento da IA viu essa linha de negócio se multiplicar.



Esse resultado apresentado pela companhia no primeiro referente ao primeiro trimestre de 2024, só a frente de negócios de Data Centers para IA deve faturar 47,5 Bilhões de USD, crescendo exponencialmente, assim como a capacidade computacional.



A razão para abordarmos esse tema trata-se de uma provocação, como economistas debruçados sobre as questões alocativas do capital, seja para seu aspecto produtivo, seja para cumprir sua missão socialmente.



No dia de divulgação dos resultados a empresa em questão se apreciou USD 268 bilhões, valor equivalente à Petrobras, Vale, Itaú e Bradesco somados, empresas que representam 37% do nosso mercado acionário. Ao todo a empresa tem, pasme, um valor de mercado 3x maior que todas as empresas de capital aberto do Brasil.

Seremos, como nação, capazes de virar a página da história com um foco no futuro? Ou estaremos fadados a seguir cobrindo um santo para descobrir o outro? Quantas fábricas de IA teremos capacidade de estabelecer em nosso tecido corporativo? Quais passos devem ser dados para alteração dessa realidade?

São perguntas que ficam para nosso acompanhamento e devem ser foco do nosso debate como sociedade. Menos narrativas mais protagonismo.

AI Factories—A New Class of Data Centers

For running enterprise AI applications

'AI factories' are next-generation data centers that host advanced, full-stack accelerated computing platforms for the most computationally intensive tasks, where data comes in and intelligence comes out.

These new data centers will act as trusted engines of generative AI.

Every important company will run its own AI factories to securely process its valuable proprietary data and turn it into monetizable tokens, encapsulating its knowledge, intelligence, and creativity.

Nations are using AI factories as sovereign national resources—processing private datasets of companies, startups, universities and governments safely on shore to produce valuable insights.

In addition to the up-front revenue opportunity from data center systems, NVIDIA can generate recurring revenue from AI factories with **NVIDIA AI Enterprise**, the operating system for enterprise AI.

The diagram illustrates an 'AI Factory' as a data center. On the left, an arrow labeled 'DATA' points into a server rack. Above the rack is a circular icon representing a neural network, labeled 'NVIDIA AI Enterprise'. On the right, an arrow labeled 'TOKENS' points out from the server rack. Below the server rack, the text 'AI Factory' is displayed. At the bottom, three green buttons are shown: 'Cloud', 'Enterprise On-Prem', and 'Enterprise SaaS & AI Platforms'.

José Victor P. Cassiolato – Mestrando Pós-Graduação em Economia Política PUC/SP

José Victor Mori Kiyokawa – Mestrando Pós-Graduação em Economia Política PUC/SP

Economia Solidária

Cesta Básica

A preocupação com o custo da alimentação é uma questão que permeia as relações sociais há séculos e motivos de constantes embates e discussões em pautas sindicais, pois tem impacto direto na possibilidade ou não de subsistência do trabalhador face um determinado nível de renda. No Brasil, a Cesta Básica foi definida pelo Decreto Lei nº 399 de 1938 e vigora até os dias de hoje, dizendo quais produtos e suas respectivas quantidades são necessárias, por regiões, para garantir o nível mínimo de alimentação necessária. Dessa maneira, desde 1959 o DIEESE passou a realizar o levantamento do



custo da Cesta Básica de Alimentos.¹

Cesta Básica de Abril de 2024

Em abril a toma de preços da cesta básica apresentou alta em 10 das 17 capitais onde a pesquisa é realizada atualmente. Os destaques de alta ficaram por conta do preço em Fortaleza (7,76%), João Pessoa (5,40%), Aracaju (4,84%), Natal (4,44%), Recife (4,24%) e Salvador (3,22%). Cabe destacar que pelo segundo mês consecutivo as maiores altas ocorrem na região Nordeste. As reduções mais expressivas se deram em Brasília (-2,66%), Rio de Janeiro (-1,37%) e Florianópolis (-1,22%).

Quando olhamos para o desempenho do preço da cesta básica no ano, o Nordeste segue sendo um destaque negativo dado o forte aumento verificado. As únicas capitais com altas superiores a 2 dígitos são da região, puxadas por Recife (14,72%), Salvador (14,14%), Natal (13,70%), Fortaleza (13,37%) e Aracaju (12,54%). Na tabela abaixo podemos verificar o comportamento dos preços nas 17 capitais pesquisadas:

TABELA - Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos
Custo e variação da cesta básica em 17 capitais
Brasil – Abril de 2024

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Porcentagem do Salário-Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Variação no ano (%)	Variação em 12 meses (%)
São Paulo	822,84	1,18	63,00	128h12m	8,12	3,54
Rio de Janeiro	801,15	-1,37	61,34	124h50m	8,47	6,71
Florianópolis	781,53	-1,22	59,84	121h46m	3,04	1,58
Porto Alegre	775,63	-0,23	59,39	120h51m	1,19	-1,01
Campo Grande	732,75	0,37	56,10	114h10m	5,03	-0,68
Brasília	727,76	-2,66	55,72	113h23m	4,15	1,49
Vitória	726,82	-0,35	55,65	113h14m	5,51	3,26
Curitiba	726,64	-0,20	55,63	113h13m	4,22	4,70
Fortaleza	714,68	7,76	54,72	111h21m	13,37	6,70
Belo Horizonte	712,70	0,03	54,57	111h02m	8,60	6,54
Goiânia	701,01	-0,36	53,67	109h13m	4,73	-0,56
Belém	681,45	2,09	52,17	106h10m	5,58	3,13
Salvador	640,12	3,22	49,01	99h44m	14,14	9,24
Natal	632,23	4,44	48,41	98h31m	13,70	4,34
Recife	617,28	4,24	47,26	96h11m	14,72	6,01
João Pessoa	614,75	5,40	47,07	95h47m	13,36	5,01
Aracaju	582,11	4,84	44,57	90h42m	12,54	5,09

Fonte: DIEESE

O tempo de trabalho necessário para que um trabalhador adquira uma cesta básica tendo vencimentos iguais a um salário mínimo vigente (R\$ 1.412,00) foi, em média, de 109 horas e 54

¹ Para maiores informações metodológicas ver Metodologia da Pesquisa Nacional da e de Alimentos, disponível em <
<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf> >

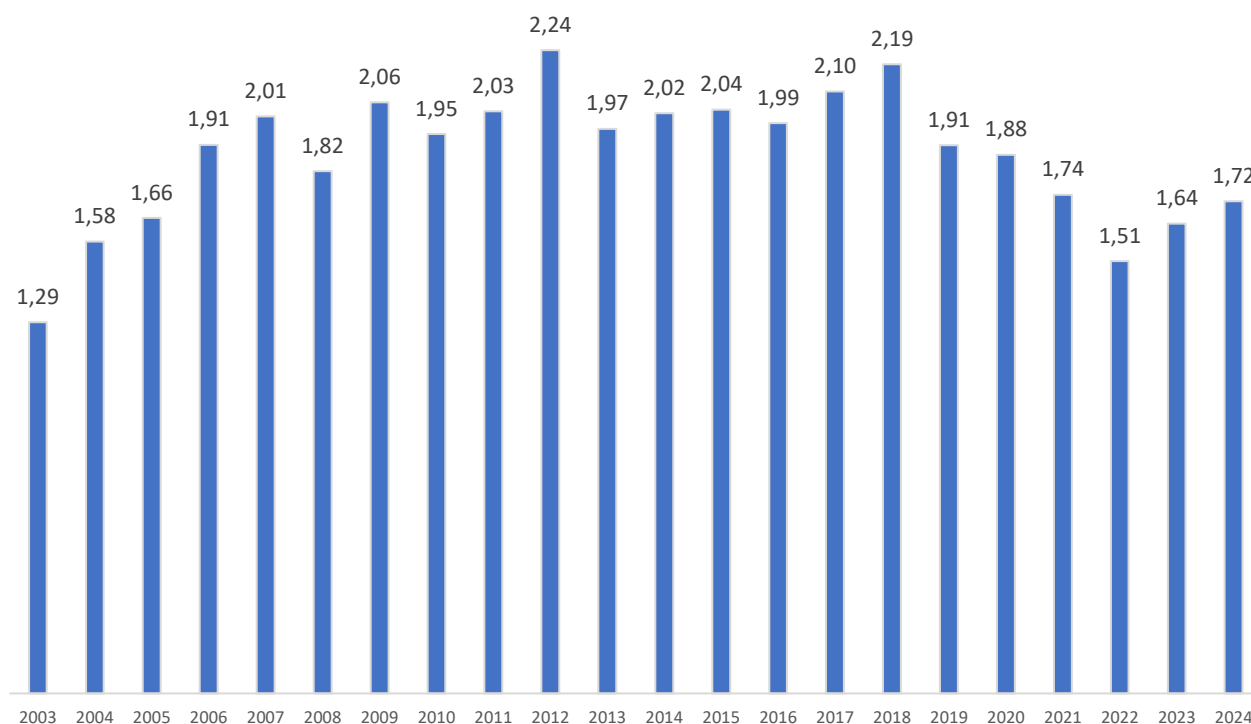


minutos em Abril. Em São Paulo essa relação foi de 128 horas e 12 minutos.

Como sabido, o cálculo do salário mínimo necessário realizado pelo DIEESE tem como base o valor da cesta básica. Neste caso, considerando o maior valor verificado em abril, o salário mínimo necessário para uma família de 4 pessoas deveria ser de R\$ 6.912,69, ou 4,90 vezes o salário mínimo nacional vigente de R\$ 1.412,00.

No gráfico abaixo temos a relação entre o preço da cesta básica em São Paulo e o salário mínimo nacional vigente em abril de cada ano, desde 2003. Nota-se uma clara melhoria nos termos, indicando que depois de quedas sucessivas entre 2019 e 2022, período correspondente ao abandono da política de valorização do salário mínimo e entrega plena ao mercado do preço dos alimentos, com desmonte da CONAB e de políticas públicas como o PAA, essa situação começa a retomar trajetória virtuosa.

GRÁFICO - Relação entre valor da cesta básica em São Paulo e Salário-Mínimo Nacional vigente em abril de cada ano – 2003 a 2024



Fonte: DIEESE. Elaboração: DEPE

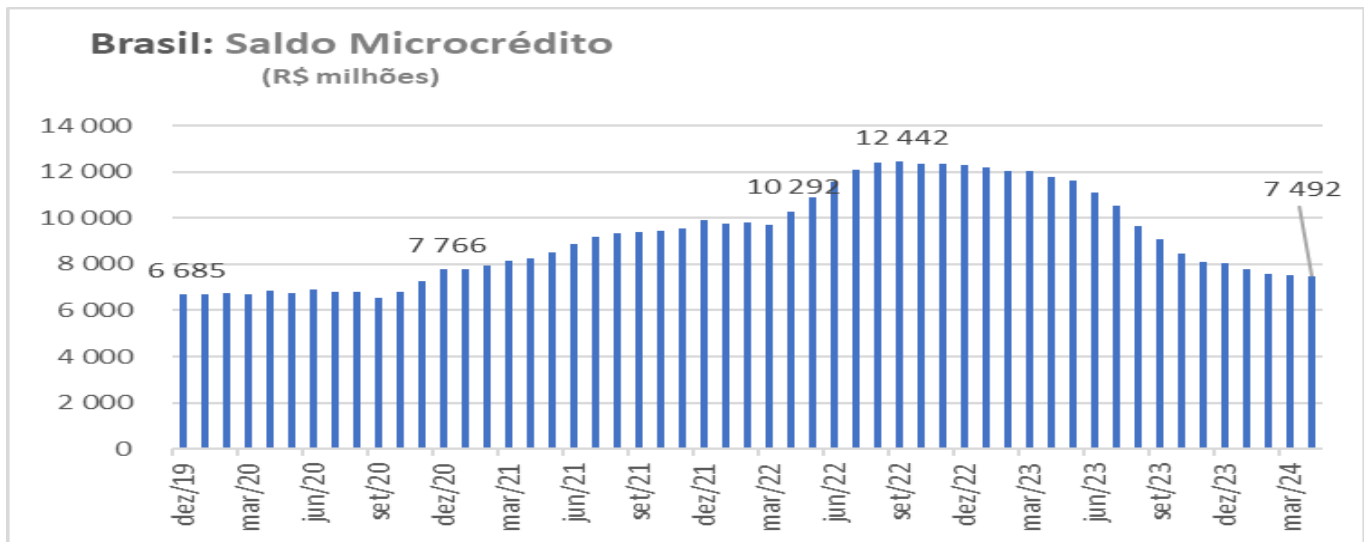
Rodolfo Viana – Economista e Mestre em Economia Política – PUC/SP

Microcrédito

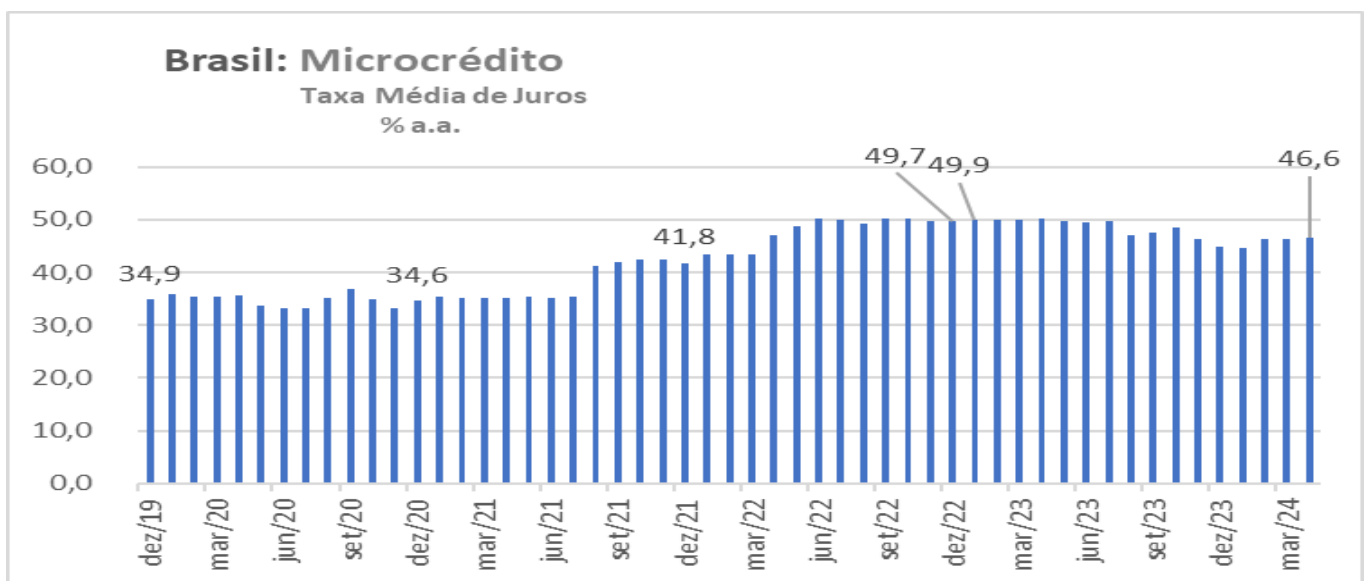
O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) tem dentre suas funções básicas, aquecer a geração de trabalho e renda para os microempresários, explorando os dados apresentados nos gráficos abaixo, de saldo e taxa média de juros mensais do microcrédito, observamos que o saldo do microcrédito em abril/24 ficou em R\$ 7.492 milhões, queda de -0,2%



com relação ao mês anterior, no ano a queda é de -7,0% e nos últimos 12 meses está acumulado em -36,4%. Desde o mês de novembro/22 o saldo do microcrédito vem diminuindo todo o mês. Quanto a taxa de juros cobrada, ocorreu um aumento de 0,2% no mês atingindo 46,6% a.a..



Fonte: BCB



Fonte: BCB



Redação: Boletim DEPE, Ano IX, n. 56.

Professor responsável: Antonio Corrêa de Lacerda, Prof. Dr. - PUCSP

Equipe de redação:

Ana Claudia Del Ciel, mestranda em Serviço Social pela PUC-SP;

Ana Paula Negreli Persici Vassallo, advogada e mestre em Economia Política pela PUC-SP

Cassio Oliveira bacharel em RI e mestrando Economia PUC-SP;

Emerson Davi Pereira Braz, economista e mestrando (Coordenador) pela PUC-SP;

Gabriela Fioretti, economista e mestranda em ciências econômicas pela PUC-SP;

José Victor P. Cassiolato – Mestrando Pós-Graduação em Economia Política PUC/SP

José Victor Mori Kiyokawa – Mestrando Pós-Graduação em Economia Política PUC/SP

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Mariel Liberato, mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Miguel Huertas Neto, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Raul Dias, Economista e Mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Ricardo Reis, economista, mestrando em Economia pela PUC – SP;

Rodolfo Viana, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Rosângela de Medeiros Marques, graduada em economia pela PUC-SP;

Tiago Antônio de Oliveira, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP

Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE)

Programa de Pós Graduação em Economia Política

Rua Ministro Godoi, 969, 4º andar, sala 4E17, Perdizes, São Paulo/SP - Tel. 11-3670-8516

E-mail ecopol@pucsp.br; boletimdepepucsp@gmail.com

Site <http://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/economia>

Edição elaborada com informações disponíveis até 20/10/2023